



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PROTÓCOLO Nº <u>15/26</u>
DATA DO RECEBIMENTO <u>9/1/26</u>
HORA DO RECEBIMENTO <u>12/19</u>

PROJETO DE LEI Nº 01 /2026

Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta de vagas imediatas em concursos públicos e estabelece normas de transparência e planejamento de pessoal no âmbito da Administração Pública do Município de Diamantino, e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Diamantino**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedada a realização de concursos públicos destinados exclusivamente à formação de cadastro de reserva no âmbito da Administração Pública do Município de Diamantino.

Art. 2º Os editais de concursos públicos municipais deverão obrigatoriamente prever número de vagas para provimento imediato, observada a vacância de cargos e a disponibilidade orçamentária.

§1º É vedada a oferta de vagas em número manifestamente desproporcional à necessidade real do órgão, caracterizada como reserva técnica injustificada, sob pena de nulidade do certame.

§2 A Administração poderá prever cadastro de reserva complementar, desde que acompanhado de estudo técnico que justifique a expectativa de nomeações futuras dentro do prazo de validade do concurso.

Art. 3º A abertura de certames para provimento de cargos públicos deverá ser instruída com:

I – estudo de impacto orçamentário-financeiro, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II – relatório de necessidade de pessoal que comprove a existência de cargos vagos e a urgência do provimento.

Art. 4º São objetivos desta Lei:

I – garantir o cumprimento do princípio da eficiência e da boa-fé objetiva;

II – assegurar a transparência e a previsibilidade aos candidatos;

III – racionalizar a aplicação dos recursos públicos em processos seletivos;

IV – promover o planejamento estratégico da gestão de pessoas.

Art. 5º As disposições desta Lei não se aplicam aos concursos cujos editais tenham sido publicados antes de sua vigência.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Juvenal Benedicto Soares, 05 de janeiro de 2026.

Edson da Silva
Vereador/MDB



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

JUSTIFICATIVA

A presente proposição legislativa busca moralizar o acesso ao serviço público no Município de Diamantino, corrigindo uma prática que, embora comum, fere a expectativa de direito dos candidatos e a transparência administrativa.

1. **Respeito ao Candidato e Dignidade Humana.** A realização de certames destinados apenas à formação de cadastro de reserva impõe aos cidadãos custos elevados com inscrições, materiais de estudo e deslocamentos, sem oferecer qualquer contrapartida real ou garantia de que a vaga efetivamente existe. Tal prática gera uma "arrecadação tributária disfarçada" por meio de taxas de inscrição, sem o compromisso da Administração com o provimento dos cargos.
2. **Princípio da Eficiência e Planejamento Administrativo.** A Administração Pública deve pautar-se pelo planejamento. Se há necessidade de realizar um concurso, presume-se que existam vacâncias que precisam ser preenchidas para a continuidade dos serviços essenciais. A oferta de vagas reais obriga o Poder Executivo e Legislativo a realizarem um estudo prévio de impacto financeiro e necessidade de pessoal, conforme preconiza a **Lei de Responsabilidade Fiscal**.
3. **Vedação à Oferta Simbólica.** A proibição de "oferta simbólica" (quando se oferta apenas uma vaga para cargos com evidente necessidade de dezenas de servidores) visa impedir o desvio de finalidade. O objetivo é evitar que o cadastro reserva seja utilizado para preterir candidatos aprovados em favor de contratações temporárias precárias, prática frequentemente combatida pelo **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT)**.
4. **Segurança Jurídica.** O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do **RE 598.099**, fixou o entendimento de que o candidato aprovado dentro do número de vagas possui direito subjetivo à nomeação. Ao estabelecer um número mínimo real de vagas, este Projeto de Lei garante que o edital seja um instrumento de compromisso entre a Prefeitura de Diamantino e a sociedade.

Pelo exposto, a medida visa assegurar que os concursos em Diamantino sejam realizados com seriedade, transparência e respeito ao Erário, garantindo que o esforço do cidadão diamantinense seja recompensado com a real possibilidade de ingresso na carreira pública. Diante da relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Plenário Juvenal Benedicto Soares, 05 de janeiro de 2026.


Edson da Silva
Vereador/MDB